

## SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO Nº 02

**EDITAL:** Pregão Eletrônico 06/2022.

**OBJETO:** Eventual fornecimento, carga, transporte e descarga de 45 veículos leves de passeio, 50 pick-ups leves e 20 pick-ups médias, destinados ao apoio de grupos de agricultores familiares e prefeituras, visando dotá-los de melhor infraestrutura de transporte e capacidade de intervenção em seus territórios, no Estado de Alagoas.

**PERGUNTA:**

De: "kati@almeidaesilva.com.br" – HPE Automotores do Brasil Ltda

Para: "5a sl"

Enviada: Quarta-feira, 14 de setembro de 2022, às 16h60min.

Assunto: Pedido de esclarecimento – PE SRP 006/2022.

Sr. Pregoeiro, boa tarde.

Segue pedido de esclarecimento em anexo.

Pedimos a gentileza de confirmar o recebimento.

At.,

**Katiuscia Gomes**

Vendas ao Governo

HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.

Tel.: (11) 3214-4550

E-mail: [governo@almeidaesilva.com.br](mailto:governo@almeidaesilva.com.br)

Site: [www.mitsubishimotors.com.br](http://www.mitsubishimotors.com.br)

**ESCLARECIMENTO Nº 01**

Prezada Sra. Katiuscia Gomes,

Quanto aos questionamentos apresentados pelo licitante, temos a considerar que:

**1. A montadora substituiu o protetor de caçamba pela aplicação de poliuréia, devido a melhor qualidade, resistência e aspecto visual, será aceito poliuréia no lugar do protetor de caçamba?**

**Resposta:** Sim. Caso o licitante ofereça veículo utilitário com caçamba, com aplicação de poliuréia em lugar de protetor de caçamba, este será aceito, pois entendemos que a finalidade de proteção do equipamento será garantida.

**2. A licitante coloca que: "Diante da Pandemia de Corona vírus (COVID-19), com forte impacto em todas as áreas, criando situações frente aos decretos que impõem a suspensão ou paralização de atividades, acarretando regimes diferenciados de atendimentos, logísticas alteradas dentre outros desencadeamentos inerentes a situação, solicitamos alteração do prazo de entrega previsto no edital.**

Desta forma, considerando a logística de entrega, instalação de acessórios e demais procedimentos, solicitamos alteração do prazo de entrega para 180 (cento e oitenta) dias corridos contados a partir do recebimento, pela empresa Contratada, de todos os documentos assinados pelo órgão Contratante: Contrato, Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, prevalecendo o documento que for recebido por último.

E o prazo para vigência do instrumento contratual de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Fornecimento, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos".

**Resposta:** Dado que o prazo de vigência do instrumento contratual poderá ser alterado, mediante apresentação de pedido fundamentado, nos moldes do "Regulamento Interno de Licitações e



Contratos da Codevasf" e com a devida concordância entre as partes, acreditamos não ser necessário realizar tal alteração. Assim, não é necessário que esta alteração se processe nos termos propostos pela licitante, não sendo o prazo exposto nos documentos que compõem o certame inalterável, já que pode ser repactuado durante a vigência do instrumento.

**3. A licitante declara entender, baseado na redação do Anexo III do Edital, "que a Ata de Registro de Preços terá a validade de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme consta no ANEXO III. Está correto nosso entendimento?"**

**Resposta:** Não. O entendimento está equivocado, uma vez que o Anexo III do Edital de licitação é apenas uma minuta e o edital é claro na redação do item 17, quando coloca que a validade da Ata SRP é de 90 dias, prorrogáveis nos termos da legislação vigente.

**4. A licitante coloca que: "O veículo que pretendemos ofertar possui garantia do fabricante de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 (cem mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Devido a limitação de quilometragem, perguntamos: Será aceito?"**

**Resposta:** Dado o perfil de uso da 5ª Superintendência da Codevasf e do nosso público alvo, possíveis beneficiários em doação, vemos como suficiente o limite de quilometragem de 100.000 km, de modo que será, sim, aceita garantia ofertada nesses termos.

**5. Em relação às revisões periódicas, a licitante coloca o seguinte: "A garantia técnica contra defeitos de fabricação será prestada sem ônus para o órgão. No entanto, as despesas com revisões periódicas conforme manual do fabricante (necessárias para a garantia) bem como despesas de manutenção normal do veículo são de exclusiva responsabilidade do proprietário dos veículos, não incluso no preço do veículo. Perguntamos: As condições de assistência técnica acima citadas atenderão as necessidades deste d. órgão?"**

**Resposta:** Sim, atendem. Os reparos em garantia dizem respeito exclusivamente a defeitos de fabricação, nos termos da legislação vigente.

**6. A licitante coloca que: "Entendemos que o valor máximo aceitável que consta no edital NÃO é desclassificatório para fins de cadastro da proposta e disputa inicial de lances. Perguntamos: Está correto o nosso entendimento?"**





**Resposta:** Sim. Veja-se Edital 06/2022, item 9.

**7. A licitante questiona o seguinte: "Solicitamos esclarecer referente ao item 20.4 a qual mencionada como (item 19.1.1) se refere ao item 20.1.1. Está correto nosso entendimento?"**

**Resposta:** Sim, o entendimento está correto. Pensamos tratar-se de erro de digitação.

**8. Sobre a substituição dos bens em garantia, a licitante questiona o seguinte:**

**"a) Entendemos que a substituição do veículo somente será exigida caso não seja possível sanar o problema mediante atendimento em garantia. Perguntamos: Está correto o nosso entendimento?"**

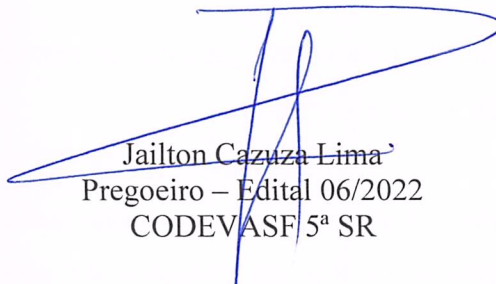
**b) Devido ao objeto e caso ocorrer pedimos que o prazo do item 23.6 seja alterado para 30 (trinta) dias."**

**Resposta:** a) Sim, o entendimento está correto. A substituição do veículo só será solicitada em caso de vício insanável; b) Não será possível admitir a extensão do prazo constante do item 23.6, contudo, alertamos para o fato de que os 15 dias de que trata o item, dizem respeito a dias úteis.

**9. A licitante coloca que: "De acordo com a legislação supracitada, entendemos que não será exigida a autenticação do Balanço na Junta Comercial. Está correto?"**

**Resposta:** Não. Veja-se Edital 06/2022, subitem 10.1.2, alínea b) e suas subalíneas, nas quais detalham-se como se deve apresentar balanço patrimonial (na forma da lei).

Atenciosamente,



Jailton Cazuza Lima  
Pregoeiro – Edital 06/2022  
CODEVASF 5ª SR